

PLANO ESTRATÉGICO

CICLO 2021-2026



MISSÃO
VISÃO

VALORES

METAS E OBJETIVOS
ESTRATÉGICOS



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG)

ANEXO ÚNICO

(ART. 1º, § 1º, DA RESOLUÇÃO CP N. 194,
DE 20 DE MAIO DE 2021)

CORPO DIRETIVO

DESEMBARGADORES

PRESIDENTE

JOSÉ MURILO DE MORAIS

1º VICE-PRESIDENTE

FERNANDO LUIZ GONÇALVES RIOS NETO

2ª VICE-PRESIDENTE

CAMILLA GUIMARÃES PEREIRA ZEIDLER

CORREGEDORA

ANA MARIA AMORIM REBOUÇAS

VICE-CORREGEDORA

MARISTELA ÍRIS DA SILVA MALHEIROS

SERVIDORES

DIRETORA-GERAL

SANDRA PIMENTEL MENDES

DIRETORA JUDICIÁRIA

TELMA LÚCIA BRETZ PEREIRA

SECRETÁRIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

LUDMILA PINTO DA SILVA

SECRETÁRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA

BRUNO PEREIRA BOAVENTURA TORROZO

Palavra do Presidente

Desembargador José Murilo de Moraes fala sobre os desafios na execução do Plano Estratégico Institucional (PEI)

Introdução e Histórico

Alinhamento da estratégia às diretrizes nacionais e histórico de construção do PEI

Análise de Ambiente

Contexto institucional e social para atuação do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG)

Identidade Estratégica

Missão, visão e valores do Tribunal e conceitos estabelecidos pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT)

Mapas Estratégicos

Representações gráficas da estratégia, a evidenciar a ligação entre valores, objetivos, missão e visão de futuro do TRT/MG

Objetivos Estratégicos

Descrição dos dez objetivos e correlação com as perspectivas Sociedade, Processos Internos ou Aprendizagem e Conhecimento

Metas, Indicadores e Desdobramentos

Descrição das metas nacionais, apresentação dos indicadores vinculados e desdobramentos e monitoramento da estratégia

Nuvem de Palavras

Gráfico digital que mostra o grau de frequência de verbetes no PEI

INDICE

Desafios e incertezas

O FUTURO DO TRT/MG

2020 foi impactado pelas mudanças advindas da Emenda Constitucional n. 95, de 15 de dezembro de 2016, da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017 (“Lei da Reforma Trabalhista”), e da crise sanitária, que exigiu o estabelecimento de um modelo amplo de trabalho remoto. Tudo isso alterou a dinâmica de funcionamento desta Justiça Especializada e demandou sobre-esforço do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT/MG), na intenção de desenvolver e aplicar estratégias para cumprimento dos objetivos institucionais.



Entre as ações empreendidas para atenuar os impactos da escassez de recursos, destacamos a mudança de unidades judiciárias e administrativas que funcionam em imóveis alugados, entre elas as 48 (quarenta e oito) varas da Capital. A reinstalação em prédios próprios, sem prejuízo ao funcionamento da jurisdição, otimizará o uso dos espaços e promoverá economia estimada em R\$ 10 milhões anuais.

Também a união de esforços com outras instituições do Poder Judiciário tem-se apresentado como solução, especialmente dentro do segmento trabalhista, na tentativa de divulgar e absorver boas práticas.

Por exemplo, na seara administrativa, os estudos para nacionalização do Projeto Estratégico “Governança dos Colegiados Temáticos” representa a comunhão de iniciativas entre os 24 (vinte e quatro) regionais, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT).

Além disso, faz-se premente valorizar medidas que preservem a saúde dos magistrados, servidores e colaboradores do Tribunal, não apenas para viabilizar o alcance da estratégia e a realização das ações planejadas, mas, principalmente, para garantir a integridade física e emocional daqueles que atendem à sociedade e que levam a justiça até os cidadãos.

Portanto, apesar das adversidades, permaneceremos dedicados a aprimorar os serviços, com foco na prestação jurisdicional célere e efetiva, e na correta destinação dos recursos públicos, sem perder de vista o desafio de executar, a tempo e modo, o Plano Estratégico Institucional (PEI).

JOSÉ MURILO DE MORAIS
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

A Administração do TRT/MG

COMPROMISSO COM A EFICIÊNCIA FIRMADO NA POSSE

O Tribunal Pleno elegeu, na tarde de 23 de outubro de 2019, a Administração da Justiça do Trabalho em Minas Gerais para o biênio 2020-2021.



Da esquerda para a direita, os desembargadores diretivos do Tribunal: Dra. Ana Maria Amorim Rebouças, corregedora; Dr. Fernando Luiz Gonçalves Rios Neto, 1º vice-presidente; Dr. José Murilo de Moraes, presidente; Dra. Camilla Guimarães Pereira Zeidler, 2ª vice-presidente; e Dra. Maristela Íris da Silva Malheiros, vice-corregedora.

Introdução

Desde a posse, o presidente do TRT/MG firmou compromisso com a eficiência e a governança, munido de um espírito resolutivo e criativo para superar as restrições orçamentárias e se adequar à dinâmica de funcionamento da sociedade contemporânea.

Ao longo de todo o ano de 2020, a Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE) valeu-se de processos participativos, executou o levantamento, o exame e a consolidação das propostas de identidade estratégica do TRT/MG (missão, visão e valores) e, após proceder à análise do ambiente institucional, submeteu os resultados à apreciação dos desembargadores diretivos, de magistrados representantes do 1º grau e de servidores ocupantes de cargos de direção administrativa.

Duas resoluções editadas em 2020 foram norteadoras da preparação da estratégia do Tribunal para o ciclo 2021-2026 e, por isso, merecem distinção: Resolução n. 259, de 14 de fevereiro de 2020, do CSJT, que aprova o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus; e Resolução n. 325, de 29 de junho de 2020, do CNJ, que dispõe sobre a Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026.

A promoção da gestão democrática e a observação do arcabouço legal instituído pelos conselhos superiores formam a base deste Plano Estratégico, apresentado nas páginas a seguir.

Gestão Participativa

COMO FOI CONSTRUÍDO O PLANO ESTRATÉGICO DO TRT/MG

De acordo com a Resolução n. 221, de 10 de maio de 2016, do CNJ, a gestão participativa e democrática constitui-se em método que garante a participação de magistrados, servidores e jurisdicionados no processo decisório, a fim de possibilitar a expressão de opiniões plurais e a visão dos diversos segmentos e instâncias, no contexto do Poder Judiciário.

Observando tal normativo, como também as disposições da Portaria n. 114, de 6 de setembro de 2016, e da Resolução n. 325, de 2020, ambas do CNJ, o Tribunal movimentou-se, ainda em 2020, com o intuito de empreender processo participativo para contribuir na formulação das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ciclo 2021-2026 e para construir o Plano Estratégico próprio. Dentre essas atividades, destacam-se:

- aderência a processo participativo, para subsidiar a elaboração dos planos estratégicos do Poder Judiciário, por meio de pesquisa de satisfação de ampla abrangência,



Histórico de Construção

aplicada pelo CSJT entre 9 e 27 de março de 2020, incluindo cidadãos, magistrados e servidores;

- promoção de pesquisa eletrônica interna, entre 1º e 8 de maio de 2020, para construção da proposta de identidade estratégica da Justiça do Trabalho (análise de ambiente, missão, visão e valores) para o ciclo 2021-2026;
- definição da proposta de identidade estratégica e análise de ambiente para compor o PEI, após consulta a magistrados e servidores do TRT/MG (questionário eletrônico aplicado em outubro de 2020);
- participação dos representantes do TRT/MG na Rede de Governança do Poder Judiciário nas reuniões preparatórias para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário (ocorridas em 25/05/2020 e 26/08/2020) e no próprio evento do CNJ (ocorrido em 26 e 27 de novembro de 2020);
- reuniões técnicas com as partes interessadas de cada um dos objetivos estratégicos, com o propósito de adequar, de forma conjunta, o Plano proposto para a Justiça do Trabalho à realidade do TRT/MG, quanto à descrição dos objetivos estratégicos, bem como para deliberar sobre a adoção de indicadores não obrigatórios;
- apresentação do Plano ao Comitê de Governança e Estratégia; e
- submissão da matéria ao Tribunal Pleno.

“

NÃO É DEMAIS LEMBRAR QUE O CUSTO DO PODER JUDICIÁRIO SE MEDE EM RAZÃO DE SUA EFICIÊNCIA, TRADUZIDA NA PROPORÇÃO ENTRE O INVESTIMENTO DE RECURSOS NOS ÓRGÃOS JUDICIAIS E O RETORNO RECEBIDO PELA SOCIEDADE EM TERMOS DE UMA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL CÉLERE E RESOLUTIVA.

”

- DESEMBARGADOR JOSÉ MURILO DE MORAIS
TRECHO DO DISCURSO DE POSSE DO
PRESIDENTE, EM DEZEMBRO DE 2019.

Pontos positivos e negativos

POSICIONANDO O TRIBUNAL NO CENÁRIO ESTRATÉGICO

Utilizando-se de ferramenta consagrada para a análise de ambiente, a SEGE identificou e elencou assertivas que traduzissem as forças, oportunidades, fraquezas e ameaças que pudessem impactar no funcionamento e na existência do Tribunal.

Com base, uma vez mais, na participação ativa de magistrados e servidores, bem como da sociedade, foi realizada a análise do ambiente no qual está inserido o TRT/MG.

A avaliação levou em conta os cenários interno e externo, além dos fatores positivos e negativos que pudessem impactar os resultados. Assim, é importante compreender (das letras iniciais surge, em português, o acrônimo FOFA):

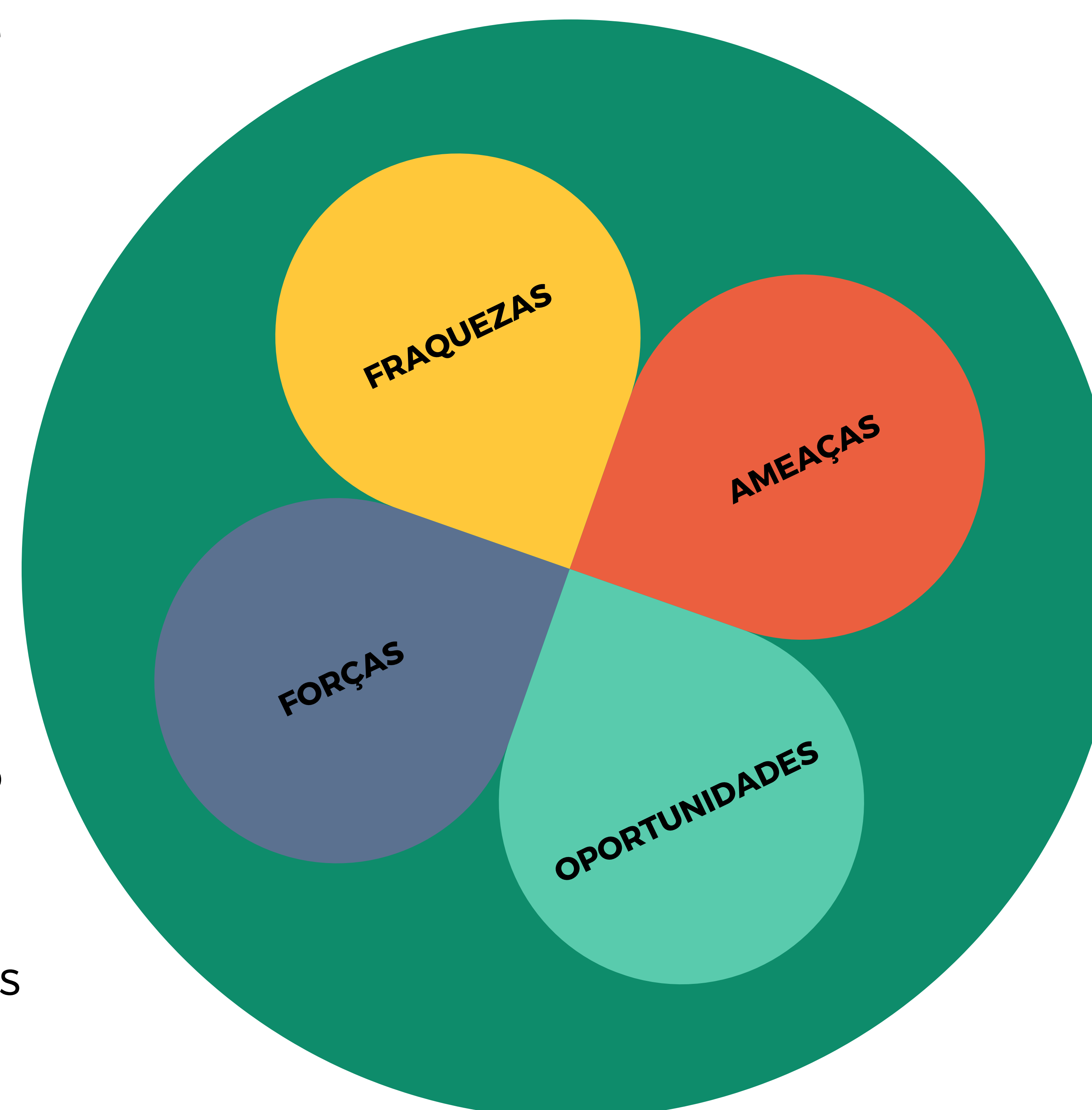
FORÇAS são fenômenos ou condições internas capazes de auxiliar, por longo tempo, a execução da estratégia;

Análise de Ambiente

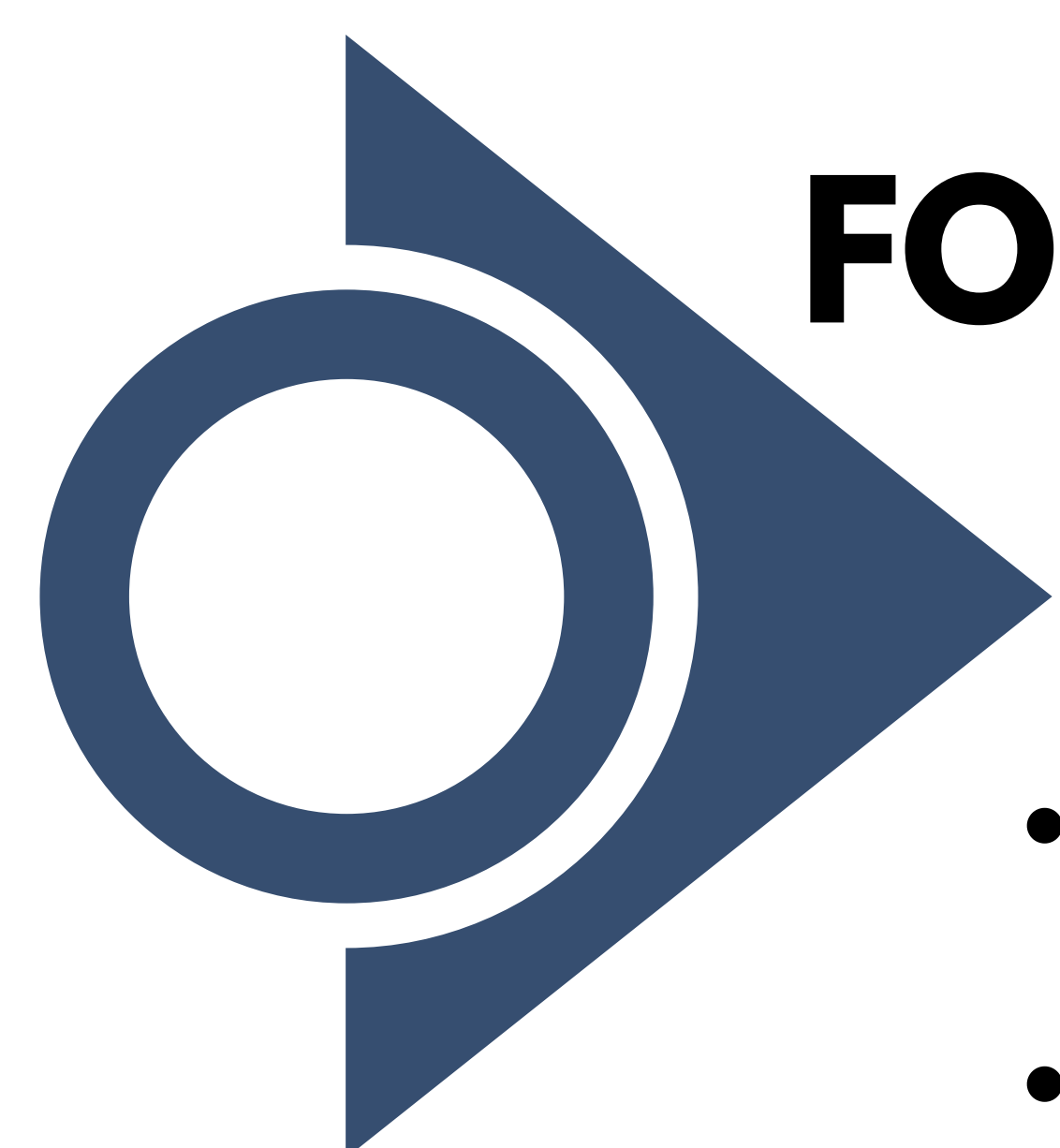
OPORTUNIDADES são fatores externos, atuais ou potenciais, que influenciam positivamente a estratégia;

FRAQUEZAS são fenômenos ou condições internas capazes de prejudicar, por longo tempo, a execução da estratégia; e

AMEAÇAS são fatores externos, atuais ou potenciais, que influenciam negativamente a estratégia.



Ao lado, representação gráfica da *Análise SWOT* ou *Análise FOFA*, técnica de planejamento utilizada pela SEGE para auxiliar a identificar forças, oportunidades, fraquezas e ameaças relacionadas à estratégia do Tribunal, nos cenários interno e externo.



FORÇAS

- Capacidade de adaptação às adversidades externas e internas
- Capacidade de adaptação ao trabalho remoto
- Capacidade técnica dos magistrados e servidores para o cumprimento da Missão
- Capacidade de atendimento e resposta às demandas trabalhistas
- Processo de formação jurídica continuada de magistrados e servidores
- Comunicação intrassetorial
- Processo Judicial Eletrônico
- Organização e estrutura de governança de colegiados
- Transparência, publicidade dos atos do TRT/MG e prestação de contas à sociedade e instâncias de controle
- Modelo de gestão da comunicação social e posicionamento do TRT/MG na mídia
- Modelo de Gestão da Estratégia Institucional
- Quantidade de programas, projetos e ações de melhoria contínua, redução de custos e produtividade desenvolvidos
- Velocidade de tramitação dos processos judiciais
- Velocidade de tramitação dos processos administrativos relacionados a pessoal
- Processo judicial com trâmite exclusivamente eletrônico para casos novos
- Capacidade de manter relações interinstitucionais

Ambiente Interno

FRAQUEZAS

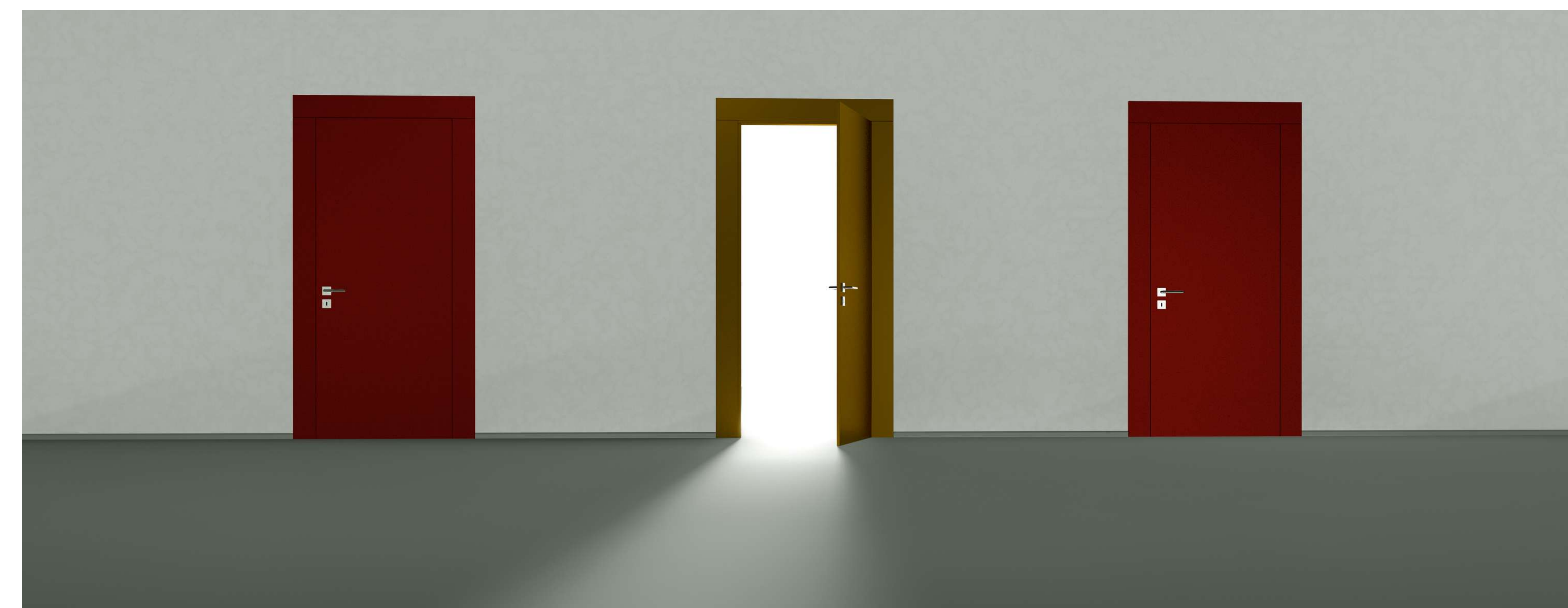


- Falta de efetividade do modelo de avaliação de desempenho
- Velocidade de tramitação de processos administrativos de aquisição
- Infraestrutura tecnológica disponível
- Infraestrutura física predial própria disponível, com muitos ativos próprios e alto custo de manutenção
- Disputa interna por orçamento com baixa observação de critérios objetivos
- Conhecimento limitado do indicador iGEST
- Capacitação dos servidores para operar as ferramentas de pesquisa na fase de execução
- Gestão da fase de execução dos processos judiciais
- Formação dos magistrados em gestão judiciária e administrativa
- Baixa utilização de ferramentas de inteligência artificial
- Assimilação das vantagens da gestão da estratégia pelo corpo técnico, fundamentalmente no âmbito da Administração da Justiça
- Quantidade de processos seletivos realizados para ocupação de postos de trabalho
- Falha no lançamento de informações e movimentos nos sistemas judiciais
- Compartilhamento interno de boas práticas



- Competição entre os Tribunais Regionais do Trabalho, gerando ambiente salutar de autodesenvolvimento
- Prêmio CNJ de Qualidade
- Relação do TRT/MG com sindicatos e associações representativas de magistrados e servidores
- Relação com Conselhos Superiores
- Modelo de controle administrativo exercido pelo TCU
- Advento das redes sociais como meio de reforço da credibilidade e adesão do grande público
- Cooperação judiciária entre os órgãos do Poder Judiciário, e outras instituições e entidades, na forma da Resolução CNJ n. 350/2020

Ambiente Externo



- Emenda constitucional 95/2016: limitação orçamentária e impossibilidade de reposição de quadro
- Disponibilidade de recursos financeiros e perspectiva de queda de arrecadação pelo Poder Executivo
- Isolamento social prolongado
- Cenário econômico instável
- Burocracia administrativa excessiva

Missão, visão e valores

CONSTRUINDO A IDENTIDADE ESTRATÉGICA DO TRIBUNAL

A área de Governança e Estratégica do Tribunal, após proceder à análise de ambiente, consolidou propostas de identidade estratégica do TRT/MG (missão, visão e valores), observadas as limitações impostas pelos conselhos superiores.

Desse modo, foram executadas as seguintes atividades, de forma encadeada:

- 1 VERIFICAÇÃO DA MISSÃO ESTABELECIDADA PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO
- 2 VERIFICAÇÃO DOS VALORES DEFINIDOS PARA A JUSTIÇA DO TRABALHO
- 3 INSERÇÃO E ALTERAÇÃO DE VALORES ADICIONAIS JULGADOS RELEVANTES
- 4 DEFINIÇÃO DA VISÃO DE FUTURO DO TRT/MG

Identidade Estratégica

São conceitos da Resolução n. 259 de 2020, do CSJT:

MISSÃO é a declaração que sintetiza a essência, a razão de existir da organização, norteia a tomada de decisões, orienta a definição de objetivos e auxilia na escolha das estratégias;

VISÃO DE FUTURO representa os propósitos da organização ao considerar as oportunidades futuras, as aspirações e o reconhecimento dos públicos interno e externo; e

VALORES são princípios compartilhados, convicções dominantes, elementos motivadores das ações das pessoas, os quais contribuem para a unidade e a coerência do trabalho.

Nas próximas duas páginas, encontram-se representações distintas do mapa estratégico do TRT/MG. A primeira, de característica mais técnica, e a segunda, na qual o leitor é convidado a pensar a estratégia do Tribunal intuitivamente, da missão à visão.



MISSÃO

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

VISÃO

Ser reconhecido como instituição de excelência, com celeridade e efetividade na prestação jurisdicional.

PERSPECTIVA SOCIEDADE

- Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais
- Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

PERSPECTIVA PROCESSOS INTERNOS

- Garantir a duração razoável do processo
- Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados.
- Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas
- Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas
- Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

PERSPECTIVA APRENDIZADO E CRESCIMENTO

- Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
- Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito regional
- Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

VALORES

Ética	Eficiência	Valorização das pessoas	Comprometimento
Acessibilidade	Transparência	Sustentabilidade	Segurança jurídica
Agilidade	Inovação	Efetividade	Respeito à diversidade

MAPA ESTRATÉGICO

PLANO ESTRATÉGICO
CICLO 2021-2026

 **JUSTIÇA DO TRABALHO**
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG)

Nossa missão

Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.

POR QUE existimos?

Valores

Ética
Acessibilidade
Agilidade
Eficiência
Transparência
Inovação
Valorização das pessoas
Sustentabilidade
Efetividade
Comprometimento
Segurança jurídica
Respeito à diversidade

EM QUE acreditamos?

COMO agimos?

Sociedade

- Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais
- Promover o trabalho decente e a sustentabilidade

Processos internos

- Garantir a duração razoável do processo
- Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados.
- Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas
- Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas
- Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica

Aprendizado e crescimento

- Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira
- Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito regional
- Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados

Visão

Ser reconhecido como instituição de excelência, com celeridade e efetividade na prestação jurisdicional.

O QUE buscamos?

MAPA ESTRATÉGICO

PLANO ESTRATÉGICO
CICLO 2021-2026

 **JUSTIÇA DO TRABALHO**
Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (MG)

Orientações do CNJ e do CSJT

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO TRT/MG

Os objetivos estratégicos comunicam a forma como o Tribunal pretende atingir, no ciclo 2021-2026, a sua visão de futuro.

Nos termos da Resolução n. 259 de 2020, do CSJT, o objetivo estratégico deve:

- 1 PARTIR DA VISÃO DE FUTURO;
- 2 ESTAR ALINHADO À MISSÃO E AOS VALORES ORGANIZACIONAIS;
- 3 SER ACOMPANHADO DE DEFINIÇÃO CONCEITUAL; E
- 4 TER PELO MENOS UMA META E UM INDICADOR VINCULADOS.

Objetivos Estratégicos

O CSJT distribuiu os objetivos em três perspectivas, assim definidas: "sociedade" (resultados para o usuário dos serviços de justiça), "processos internos" (resultados da atividade finalística) e "aprendizado e crescimento" (condições de gestão).

Os dez objetivos estratégicos estão detalhados a seguir.



Perspectiva
SOCIEDADE

OE1

Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais



DESCRIÇÃO

Aperfeiçoar os processos de comunicação para ampliar o conhecimento acerca da estratégia institucional, da estrutura de governança, das entregas realizadas e dos resultados gerados, de modo a atingir todos os atores sociais e de fortalecer a imagem do Tribunal, bem como desenvolver programas interinstitucionais como ação estratégica voltada para a execução das políticas de desjudicialização e prevenção dos litígios, com foco no estabelecimento de parcerias para fortalecer a gestão judiciária.

MACRODESAFIOS PJ

- Fortalecimento da relação institucional do Judiciário com a sociedade
- Garantia dos direitos fundamentais

RESPONSÁVEL

- Gabinete da Presidência

OE2

Promover o trabalho decente e a sustentabilidade



DESCRIÇÃO

Promover ambientes de trabalho seguros e protegidos, a dignificação do trabalhador, a não discriminação de gêneros, raça e diversidade, o combate ao trabalho infantil, bem como a gestão e o uso sustentável, eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos, visando o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas – Agenda 2030.

MACRODESAFIOS PJ

- Promoção da sustentabilidade
- Garantia dos direitos fundamentais

DESCRIÇÃO

- Gestor Regional de Metas Nacionais

Perspectiva

PROCESSOS INTERNOS

OE3



Garantir a duração razoável do processo

DESCRIÇÃO

Materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases, garantindo-se a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação processual, reduzindo-se o congestionamento de processos e elevando-se a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

MACRODESAFIO PJ

- Agilidade e produtividade da prestação jurisdicional

RESPONSÁVEL

- Gestor Regional de Metas Nacionais

OE4



Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados

DESCRIÇÃO

Promover mecanismos de integridade e transparência em relação aos atos de gestão praticados, garantindo-se alinhamento entre a estratégia institucional e as prioridades de gestão, assim como entre as despesas de maior impacto orçamentário e a aplicação assertiva dos recursos públicos.

MACRODESAFIO PJ

- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

RESPONSÁVEL

- Secretaria de Auditoria Interna (SEAUD)

Perspectiva

PROCESSOS INTERNOS

OE5

Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas



DESCRIÇÃO

Proporcionar o desenvolvimento da cultura da paz, estimulando a aplicação de meios de resolução consensual de conflitos, como a mediação e a conciliação, e incentivar a realização de programas interinstitucionais de cooperação, visando à desjudicialização e à prevenção de litígios, por meio do diálogo e da concertação social, de modo a consolidar as disposições das Resoluções n. 125 de 2010 e n. 350 de 2020, do CNJ, e da Resolução n. 174 de 2016, do CSJT.

MACRODESAFIO PJ

- Prevenção de litígio e adoção de soluções consensuais para os conflitos

RESPONSÁVEL

- Gestor Regional de Metas Nacionais

OE6

Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas



DESCRIÇÃO

Garantir estrutura, sistemas de informação, processos de trabalho padronizado, bem como pessoal qualificado para o tratamento e solução das demandas judiciais seriadas, visando alcançar maior segurança jurídica, economia processual e racionalidade administrativa na gestão judiciária.

MACRODESAFIO PJ

- Consolidação dos sistemas de precedentes obrigatórios

RESPONSÁVEL

- Secretaria de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - SEGEPNAC:

OE7

Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica



DESCRIÇÃO

Aprimorar, com suporte de sistemas digitais integrados, as estruturas de governança e gestão estratégica, de modo a desenvolver processos de trabalho inovadores, bem como os relacionados às atividades de compliance e gestão de riscos organizacional, que permitam a tramitação de processos e documentos e a prática de atos de gestão com maior rastreabilidade, segurança, confiabilidade, integridade, atualidade, celeridade, transparência e eficiência.

MACRODESAFIO PJ

- Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária

RESPONSÁVEL

- Secretaria de Governança e Estratégia (SEGE)

Perspectiva **APRENDIZADO** **E CRESCIMENTO**

OE8

Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira



DESCRIÇÃO

Assegurar a eficiência da gestão orçamentária e financeira vinculada à estratégia, por meio do funcionamento aperfeiçoado e universal de mecanismos de administração orçamentária e financeira, com dados íntegros sobre o planejamento e a qualidade da execução do orçamento.

MACRODESAFIO PJ

- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira

RESPONSÁVEL

- Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF)

OE9

Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito regional



DESCRIÇÃO

Aplicar estratégias para aprimorar o dimensionamento e a alocação da força de trabalho, desenvolver as competências e o desempenho, bem como promover a saúde, a segurança e a qualidade de vida no trabalho, tendo como referencial a corresponsabilidade das lideranças, a autorresponsabilidade dos servidores e magistrados e a inovação dos métodos de trabalho nas modalidades presencial e a distância.

MACRODESAFIO PJ

- Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

RESPONSÁVEL

- Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP)

Perspectiva APRENDIZADO E CRESCIMENTO

OE10

Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados



DESCRIÇÃO

Aprimorar a governança, a gestão, a infraestrutura tecnológica e os mecanismos de proteção dos dados institucionais, garantindo a disponibilidade dos serviços digitais essenciais à otimização da prestação jurisdicional.

MACRODESAFIO PJ

- Fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados

RESPONSÁVEL

- Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)

Orientações do CNJ e do CSJT

CONHECENDO AS METAS NACIONAIS E OS INDICADORES

As Metas Nacionais do Poder Judiciário são compromissos pactuados anualmente entre os órgãos do Poder Judiciário e o CNJ, tendo por finalidade o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e a melhora de desempenho.

Para o primeiro ano do ciclo 2021-2026, adotam-se as sete metas nacionais aplicáveis ao Judiciário Trabalhista, aprovadas no XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, em 26 e 27 de novembro de 2020:

- **Meta 1:** Julgar mais processos que os distribuídos;
- **Meta 2:** Julgar processos mais antigos;
- **Meta 3:** Estimular a conciliação;
- **Meta 5:** Reduzir a taxa de congestionamento;
- **Meta 9:** Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário;
- **Meta 10:** Promover a saúde de magistrados e servidores; e
- **Meta 11:** Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica.

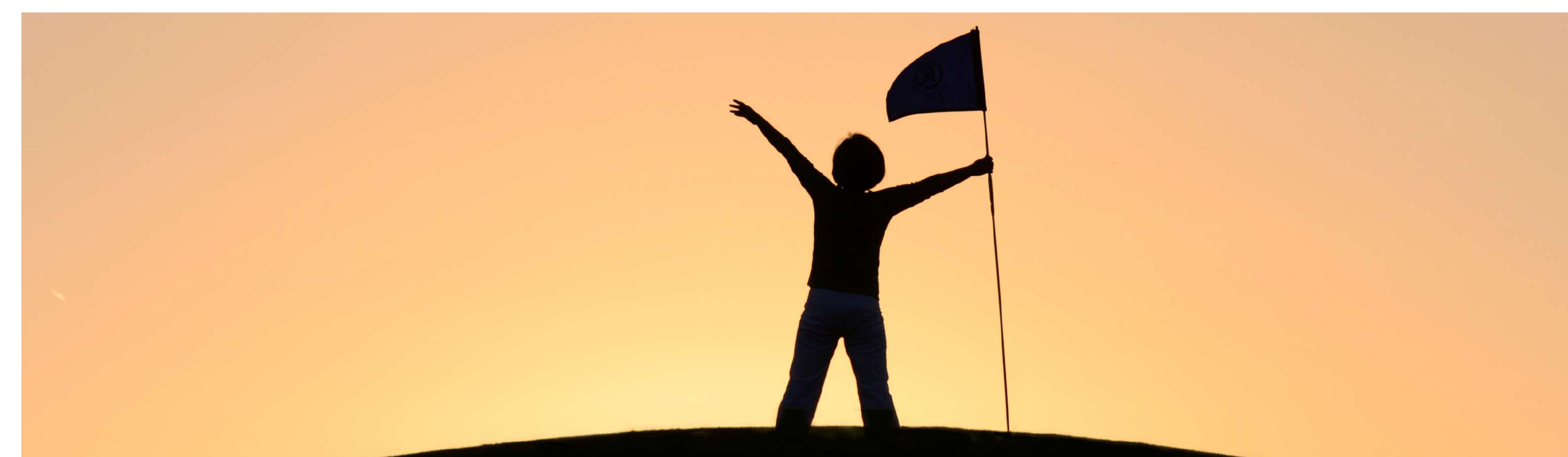
Metas Nacionais e Indicadores

Cada uma das metas decorre de um Macrodesafio definido pelo CNJ na Estratégia do Poder Judiciário.

Por sua vez, os indicadores de desempenho são ferramentas utilizadas para aferir o cumprimento das metas (tanto as nacionais, como outras do PEI) e retratar o nível de alcance dos objetivos. É por meio da medição dos indicadores que se realiza o monitoramento da estratégia.

Em 2021, será feita a medição apenas dos indicadores relacionados às metas nacionais. Os demais indicadores, não vinculados a elas, também comporão o PEI, e foram selecionados em conjunto com as áreas técnicas, a partir de cestas disponibilizadas pelos conselhos superiores.

A correlação entre os objetivos estratégicos, as metas e os indicadores de desempenho, ano a ano, pode ser consultada no [site do Tribunal](#).



Portfólio de iniciativas

DESDOBRAMENTOS DA ESTRATÉGIA

Conforme estabelecido no inciso XVII do art. 2º da Resolução n. 259 de 2020, do CSJT, iniciativas estratégicas são programas, projetos e planos de ação de curto, médio e longo prazos, externos às atividades de rotina, com vistas, especificamente, a alcançar os objetivos estabelecidos no plano estratégico e preencher as lacunas existentes entre o desempenho atual do Tribunal e o desejado.

Os arts. 32 e 36 da referida Resolução reforçam a importância das ações que serão empreendidas ao enunciar que a execução da estratégia se dá por meio da concretização do portfólio de iniciativas e que as propostas relativas a ele deverão ser elaboradas após a realização de oficinas temáticas.

Vale ressaltar ainda que, além das iniciativas estratégicas, fazem parte do desdobramento da estratégia do TRT/MG as ações dos planos intraorganizacionais, de responsabilidade das áreas vinculadas aos temas específicos de atuação.

Iniciativas e Monitoramento

As regras internas para elaboração do portfólio de iniciativas, para gestão, aprovação e acompanhamento dos programas projetos e ações estratégicas, são definidas na Resolução GP n. 184, de 8 de abril de 2021. Já a Resolução n. 259 de 2020, do CSJT, traz a diretriz de constituição da primeira versão do portfólio em até 4 (quatro) meses após a aprovação do PEI 2021-2026, em seu art. 36, § 1º.

O monitoramento da estratégia se dá por meio do acompanhamento das iniciativas, dos indicadores, das metas e dos objetivos estratégicos, devendo constituir um sistema integrado e colaborativo de informações. A principal iniciativa de comunicação, análise e discussão do desempenho institucional é materializada na Reunião de Análise da Estratégia (RAE), realizada no âmbito do Tribunal, no Comitê de Governança e Estratégia (CGE).





"Nuvem de palavras" é um gráfico digital que mostra o grau de frequência das palavras em um texto. Quanto mais o verbete é utilizado, mais chamativa é sua representação gráfica.

Na imagem à esquerda, que imita um avião de papel, as palavras surgem em tamanho condizente com o número de vezes que foram citadas neste Plano Estratégico.

Nuvem de Palavras

EQUIPE DA **SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA (SEGE)**

SECRETÁRIO DE GESTÃO ESTRATÉGICA
BRUNO PEREIRA BOAVENTURA TORROZO

GABINETE DE APOIO
LUDMILA AZALIM RODRIGUES DA COSTA

SEÇÃO DE PLANEJAMENTO E ESTATÍSTICA (SPES)
OLAVO DE OLIVEIRA DANTAS
RAINIER FELIPE LACERDA DE ANDRADE
JULIANA APARECIDA RIBEIRO
VICTOR AUBIN VERZANI DE SOUZA

ESCRITÓRIO DE PROJETOS, RISCOS E GOVERNANÇA INSTITUCIONAL (EPRGOV)
IGOR DANIEL COSTA JONES
FÁBIO AVELAR PEIXOTO
FLÁVIA LOPES CANÇADO
RAFAEL VICTOR OLIVEIRA MORAIS (ESTAGIÁRIO)

ESCRITÓRIO DE PROCESSOS DE TRABALHO (EPT)
THAIS DA COSTA CRUZ
ÉRIKA GOULART SANTOS
MARIA EUGÊNIA MARQUES MENDANHA
PRISCILA GALLO D'AVILA VALLE

INDICADORES, METAS E INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Indicadores a serem medidos, no
âmbito do Plano Estratégico
Institucional (PEI), em **2022**

23 de novembro de 2022



INDICADORES POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

Objetivo	Origem	Indicador	Incluído em:
Fortalecer a comunicação e as parcerias institucionais	Indicador do TRT3	Índice de Serviços Digitais	2022
		Índice de Parcerias Institucionais (IPI)	2022
Promover o trabalho decente e a sustentabilidade	Indicador Nacional (CNJ)	Índice de Inovação (II - Meta 9)	2021
		Índice de Combate ao Trabalho Infantil (ICTI - Meta 11)	2022
	Indicador do TRT3	Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS)	2022
Garantir a duração razoável do processo	Indicador Nacional (CNJ)	Índice de Processos Julgados (IPJ - Meta Nacional 1)	2021
		Índice de Processos Antigos Julgados (IPAJ - Meta Nacional 2)	2021
		Taxa de Congestionamento Líquida, exceto Execuções Fiscais (TCLNFISC - Meta Nacional 5)	2021
Promover a integridade e a transparência em relação aos atos de gestão praticados	Indicador do TRT3	Índice de Atendimento às Deliberações e às Recomendações Decorrentes de Auditoria (IADRDA)	2022
		Índice de Transparência	2022
Assegurar o tratamento adequado dos conflitos trabalhistas	Indicador Nacional (CNJ)	Índice de Conciliação (IC - Meta Nacional 3)	2021

INDICADORES POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

Objetivo	Origem	Indicador	Incluído em:
Garantir a efetividade do tratamento das demandas repetitivas	Indicador do TRT3	Tempo médio entre afetação/admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs)	2022
		Tempo médio entre o trânsito em julgado/ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese	2022
Fortalecer a Governança e a Gestão Estratégica	Indicador do TRT3	Índice de Gestão de Riscos em Processos Críticos (IGRPC)	2022
		Índice de desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos "Governança" e "Qualidade da Informação"	2022
Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	Indicador do TRT3	Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2026 (ICEC95)	2022
Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito nacional	Meta Específica da Justiça do Trabalho	Índice de Promoção da Saúde de Magistrados e Servidores (IPSMS)	2021
	Indicador do TRT3	Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho	2022
		Índice de absenteísmo-doença	2022
Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	Indicador Nacional	Implementar, durante o ano de 2022, as ações do Programa Justiça4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal (meta 10)	2022
	Indicador do TRT3	Índice de Avaliação do IGovTIC-JUD	2022
		Índice de adesão à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	2022

INDICADORES DO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL EXCLUÍDOS/SUBSTITUÍDOS POR OBJETIVO ESTRATÉGICO

Objetivo	Indicador	Vigência:
Aprimorar a Governança de TIC e a proteção de dados	Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica (meta 11)	2021

**OE1:
FORTALECER A
COMUNICAÇÃO E AS
PARCERIAS INSTITUCIONAIS**

Indicador do TRT3

Índice de Serviços Digitais: indicador capaz de avaliar a quantidade de serviços digitais dentro do órgão

META 2022

①

100%

CÁLCULO

②

Índice =
quantidade de
serviços digitais
dentro do órgão /
total de serviços do
órgão

AFERIÇÃO

③

Quadrimestral

RESPONSÁVEL

④

Diretoria de
Tecnologia da
Informação e
Comunicação
(DTIC)

Índice de Parcerias Institucionais (IPI)

META 2022

①

Média do impacto potencial das parcerias igual ou superior a 40 (cinquenta) pontos

CÁLCULO

②

$$(P1 + P2 + P3 + \dots + Pn) / n$$

P: impacto potencial da parceria (1 a “n”) realizada no período; n: número de parcerias realizadas no período

AFERIÇÃO

③

Trimestral

RESPONSÁVEL

④

Núcleo de Cooperação Judiciária e Comissão de Inovação Judiciárias (CIJUD)

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Iniciativas	Situação	Período de realização
Projeto Aprimoramento do Serviço de Informação ao Cidadão – SIC	Concluído	Jan/2016 a Dez/2021



** Metas Nacionais 9 e 11.*

Indicador do TRT3

Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS):
resultante de vários indicadores distintos
calculados com base nos dados da Resolução CNJ
n. 400/2021.

META 2022

①

Aumento de 1 (um)
ponto percentual
em relação ao IDS
do TRT3 em 2019,
que foi de 64,2%

CÁLCULO

②

Conforme
metodologia
definida pelo CNJ

AFERIÇÃO

③

Anual

RESPONSÁVEL

④

Diretoria de
Administração
(DADM)

OE3:
GARANTIR A DURAÇÃO
RAZOÁVEL DO PROCESSO*

** Metas Nacionais 1, 2 e 5.*

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Iniciativas	Situação	Período de realização
Projeto Governança e Gestão do Lançamento de Dados da Área Judiciária	Em andamento	Fev/2021 até o presente

OE4:
PROMOVER A INTEGRIDADE E
A TRANSPARÊNCIA EM
RELAÇÃO AOS ATOS DE
GESTÃO PRATICADOS

Indicador do TRT3

Índice de Atendimento às Deliberações e às Recomendações Decorrentes de Auditoria (IADRDA): percentual de determinações e/ou recomendações decorrentes de auditorias que foram cumpridas e/ou implementadas

META 2022

1

50%

CÁLCULO

2

$$\text{IADRDA} = (\text{DC}/\text{DM}) \times 100$$

DC: deliberações
cumpridas;
DM: deliberações
monitoradas

AFERIÇÃO

3

Anual

RESPONSÁVEL

4

Secretaria de
Auditoria Interna
(SEAUD)

Indicador do TRT3

Índice de Transparência: percentual obtido no Ranking da Transparência do Poder Judiciário, instituído pela Resolução CNJ n. 215, de 16 de dezembro de 2015

META 2022

①

92%

CÁLCULO

②

Ver o Ranking da
Transparência do
Poder Judiciário

AFERIÇÃO

③

Anual

RESPONSÁVEL

④

Secretaria de
Auditoria
Interna
(SEAUD)

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Iniciativas	Situação	Período de realização
Projeto Governança em Auditoria Interna	Concluído	Abr/2019 a Nov/2021
Projeto Governança dos Colegiados Temáticos	Concluído	Fev/2020 a Ago/2021
Projeto Revisão do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos Administrativos	Em andamento	Fev/2021 até o presente
Projeto Implantação do eSocial	Em andamento	Out/2021 até o presente
Projeto Governança Aprimorada	Em andamento	Fev/2022 até o presente
Projeto Terceirização Garantida	Em andamento	Out/2021 até o presente

OE5:
ASSEGURAR O TRATAMENTO
ADEQUADO DOS CONFLITOS
TRABALHISTAS*

* Meta Nacional 3.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Iniciativas	Situação	Período de realização
Projeto Concilia TRT	Concluído	Mai/2022 até o presente

OE6:
GARANTIR A EFETIVIDADE DO
TRATAMENTO DAS
DEMANDAS REPETITIVAS

Indicador do TRT3

Tempo médio entre afetação/ admissão e a publicação do acórdão de mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs)

META 2022

1

Julgar 80% dos IRDRs em até 340 dias corridos

CÁLCULO

2

Ver o Glossário do CNJ (pág. 24)

AFERIÇÃO

3

Quadrimestral

RESPONSÁVEL

4

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPNAC)

Indicador do TRT3

Tempo médio entre o trânsito em julgado/ ou sentença de mérito do precedente e a sentença de aplicação da tese

META 2022

1

Julgar, em até 180 dias corridos, 70% dos processos sobrestados em razão de repercussão geral e casos repetitivos após a “sentença” (acórdão) de mérito do precedente

CÁLCULO

2

Ver o Glossário do CNJ (pág. 23)

AFERIÇÃO

3

Quadrimestral

RESPONSÁVEL

4

Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (NUGEPNAC)

**OE7:
FORTALECER A GOVERNANÇA
E A GESTÃO ESTRATÉGICA**

Índice de Gestão de Riscos em Processos Críticos (IGRPC): implementar controles internos, por meio da gestão de riscos, para aprimorar os processos de trabalho

META 2022

1

Incrementar o IGRPC para 10% no exercício

CÁLCULO

2

$$\text{IGRPC} = (\text{PCGRI} / \text{TPC}) \times 100$$

PCGRI: processos críticos com gestão de riscos implementada;
TPC: total de processos críticos existentes

AFERIÇÃO

3

Quadrimestral

RESPONSÁVEL

4

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)

Índice de desempenho dos Órgãos no Prêmio CNJ de Qualidade nos Eixos "Governança" e "Qualidade da Informação"

META 2022

①

Melhorar o nível de desempenho no índice em relação ao exercício de 2021

CÁLCULO

②

$$\text{Índice} = (\text{soma da pontuação alcançada nos eixos} / \text{soma da pontuação máxima nos eixos}) * 100$$

AFERIÇÃO

③

Anual

RESPONSÁVEL

④

Secretaria de Gestão Estratégica (SEGE)

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Iniciativas	Situação	Período de realização
Projeto Gestão Diamante (Programa Governança)	Em andamento	Fev/2022 até o presente



OE8:
APERFEIÇOAR A GESTÃO
ORÇAMENTÁRIA E
FINANCEIRA



Indicador do TRT3

Índice de cumprimento da Emenda Constitucional nº 95/2016 (ICEC95): acompanhar e cumprir o limite de gastos determinado pela EC 95/20216, estabelecendo cultura de programação de gastos dentro do exercício financeiro

META 2023

1

91,67%, em
dezembro de 2022

CÁLCULO

2

$DPP = VDPP + VDPRP$
 $ICEC95 = (DPP / DODPA) \times 100$

AFERIÇÃO

3

Mensal

RESPONSÁVEL

4

Diretoria de
Orçamento e
Finanças (DOF)

ICEC95: VARIÁVEIS

Variáveis

VDPP - Valor das despesas primárias pagas do exercício: despesas orçamentárias primárias (não financeiras) pagas pela unidade gestora beneficiária, excetuadas aquelas relativas a restos a pagar.

VDPRP - Valor das despesas Primárias pagas de Restos a Pagar inscritos/reinscritos: despesas extraorçamentárias primárias pagas pela unidade gestora beneficiária relativas a restos a pagar inscritos e/ou reinscritos.

DPP - Despesa Primária Paga.

DODPA - Dotação Orçamentária para Despesas Primárias Atualizada: Valor da Dotação Orçamentária Atualizada das Despesas Primárias.

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Iniciativas	Situação	Período de realização
Projeto Implantação do Módulo Execução Financeira do Portal SIGEO-JT	Em andamento	Fev/2022 até o presente

**OE9:
INCREMENTAR MODELO DE
GESTÃO DE PESSOAS EM
ÂMBITO REGIONAL***

** Meta Nacional específica da JT.*

Indicador do TRT3

Percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho

META 2022

1

15%

CÁLCULO*

2

$$PRQV = (PQV / FTT * AQV) * 100$$

PQV: participações em ações de qualidade de vida;

AQV: ações de qualidade de vida;

FTT: força de trabalho total de magistrados, servidores e auxiliares

AFERIÇÃO

3

Anual

RESPONSÁVEL

4

Seção de Gestão Sustentável (SGS)

* Fórmula definida no item 17 do Anexo Único da Resolução CNJ n. 400/2021.

Indicador do TRT3

Índice de absenteísmo-doença: mede o percentual de ausências de magistrados e servidores (requisitados ou não) ao trabalho por motivo de doença própria

META 2022

1

Índice menor ou igual a 2,5%

CÁLCULO

2

Índice = dias de ausência por motivo de saúde própria ou de familiar /
(quantidade de dias no ano * total de magistrados e servidores no final do período)

AFERIÇÃO

3

Quadrimestral

RESPONSÁVEL

4

Secretaria de Saúde (SES)

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Iniciativas	Situação	Período de realização
Projeto Mapeamento dos Processos de Trabalho do Núcleo de Movimentação e Comissionamento de Servidores (Programa Implantação do Plano de Gestão de Pessoas)	Concluído	Jun/2017 a Set/2021
Projeto Banco de Talentos (Programa Implantação do Plano de Gestão de Pessoas)	Concluído	Ago/2019 a Jul/2021
Projeto Qualidade de Vida no Trabalho (Programa Implantação do Plano de Gestão de Pessoas)	Concluído	Ago/2020 a Out/2021
Projeto Ocupação e Sucessão de Posições Gerenciais e Críticas (Programa Implantação do Plano de Gestão de Pessoas)	Concluído	Mai/2022 até o presente
Projeto Competência em Ação (Programa Implantação do Plano de Gestão de Pessoas)	Em andamento	Nov/2019 até o presente

**OE10:
APRIMORAR A GOVERNANÇA
DE TIC E A PROTEÇÃO DE
DADOS***

** Meta Nacional 10.*

Indicador do TRT3

Avaliação do IGovTIC-JUD: pontuação alcançada na última apuração do IGovTIC-Jud, publicada pelo Comitê Nacional de Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do CNJ

META 2023

1

Manter o nível "Aprimorado" na avaliação do CNJ

CÁLCULO

2

Ver Manual do IGovTIC - JUD 2022

AFERIÇÃO

3

Anual

RESPONSÁVEL

4

Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)

Índice de Adesão à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD): indicador capaz de avaliar o cumprimento das recomendações do órgão em cumprimento a recomendação do CNJ e em atendimento à LGPD

META 2023

1

Atingir o nível
“intermediário”

CÁLCULO

2

Conforme indicador
14 do Plano
Estratégico do CSJT
para o ciclo 2021-
2026

AFERIÇÃO

3

Anual

RESPONSÁVEL

4

Seção de
Segurança da
Informação e
Comunicação
(SINC)

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Iniciativas	Situação	Período de realização
Projeto Data Lake	Em andamento	Ago/2021 até o presente